

SUMÁRIO

NOTA À 10ª EDIÇÃO	7
NOTA À 9ª EDIÇÃO	8
NOTA À 8ª EDIÇÃO	8
NOTA À 7ª EDIÇÃO	8
NOTA À 6ª EDIÇÃO	9
NOTA À 5ª EDIÇÃO	9
NOTA À 4ª EDIÇÃO	10
NOTA À 3ª EDIÇÃO	10
NOTA À 2ª EDIÇÃO	10
APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO INGLESA (“THEORY OF LEGAL PRINCIPLES”) – PROF. FREDERICK SCHAUER	11
PREFÁCIO DA EDIÇÃO ALEMÃ (“THEORIE DER RECHTSPRINZIPIEN”) – PROF. CLAUDIUS WILHELM CANARIS	13
PREFÁCIO – PROF. EROS ROBERTO GRAU	17
1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	23
2. NORMAS DE PRIMEIRO GRAU: PRINCÍPIOS E REGRAS	
2.1 Distinções preliminares	30
2.1.1 <i>Texto e norma</i>	30
2.1.2 <i>Descrição, construção e reconstrução</i>	31
2.2 Panorama da evolução da distinção entre princípios e regras	35
2.3 Critérios de distinção entre princípios e regras	
2.3.1 <i>Critério do “caráter hipotético-condicional”</i>	
2.3.1.1 <i>Conteúdo</i>	40
2.3.1.2 <i>Análise crítica</i>	40
2.3.2 <i>Critério do “modo final de aplicação”</i>	
2.3.2.1 <i>Conteúdo</i>	44
2.3.2.2 <i>Análise crítica</i>	44

2.3.3	<i>Critério do “conflito normativo”</i>	
2.3.3.1	Conteúdo	51
2.3.3.2	Análise crítica	52
2.4	<i>Proposta de dissociação entre princípios e regras</i>	
2.4.1	<i>Fundamentos</i>	
2.4.1.1	Dissociação justificante	64
2.4.1.2	Dissociação abstrata	65
2.4.1.3	Dissociação heurística	68
2.4.1.4	Dissociação em alternativas inclusivas	68
2.4.2	<i>Critérios de dissociação</i>	
2.4.2.1	Critério da natureza do comportamento prescrito .	71
2.4.2.2	Critério da natureza da justificação exigida	73
2.4.2.3	Critério da medida de contribuição para a decisão .	76
2.4.2.4	Quadro esquemático	78
2.4.3	<i>Proposta conceitual das regras e dos princípios</i>	78
2.4.4	<i>Análise do uso inconsistente da distinção fraca entre regras e princípios</i>	84
2.4.5	<i>Análise do uso inconsistente da distinção forte entre regras e princípios</i>	87
2.4.6	<i>Diretrizes para a análise dos princípios</i>	91
2.4.6.1	Especificação dos fins ao máximo: quanto menos específico for o fim, menos controlável será sua realização	92
2.4.6.2	Pesquisa de casos paradigmáticos que possam iniciar esse processo de esclarecimento das condições que compõem o estado ideal de coisas a ser buscado pelos comportamentos necessários à sua realização	92
2.4.6.3	Exame, nesses casos, das similaridades capazes de possibilitar a constituição de grupos de casos que girem em torno da solução de um mesmo problema central	93
2.4.6.4	Verificação da existência de critérios capazes de possibilitar a delimitação de quais são os bens jurídicos que compõem o estado ideal de coisas e de quais são os comportamentos considerados necessários à sua realização	93
2.4.6.5	Realização do percurso inverso: descobertos o estado de coisas e os comportamentos necessários à sua promoção, torna-se necessária a verificação da existência de outros casos que deveriam ter sido decididos com base no princípio em análise	94
2.4.7	<i>Exemplo do princípio da moralidade</i>	94
2.4.8	<i>Eficácia dos princípios</i>	

2.4.8.1	Eficácia interna	
2.4.8.1.1	<i>Conteúdo</i>	97
2.4.8.1.2	<i>Eficácia interna direta</i>	97
2.4.8.1.3	<i>Eficácia interna indireta</i>	98
2.4.8.2	Eficácia externa	
2.4.8.2.1	<i>Conteúdo</i>	99
2.4.8.2.2	<i>Eficácia externa objetiva</i>	
2.4.8.2.2.1	Eficácia seletiva	100
2.4.8.2.2.2	Eficácia argumentativa	101
2.4.8.2.2.2.1	<i>Direta</i>	101
2.4.8.2.2.2.2	<i>Indireta</i>	102
2.4.8.2.3	<i>Eficácia externa subjetiva</i>	102
2.4.9	<i>Eficácia das regras</i>	
2.4.9.1	Eficácia interna	
2.4.9.1.1	<i>Eficácia interna direta</i>	102
2.4.9.1.2	<i>Eficácia interna indireta</i>	103
2.4.9.2	Eficácia externa	
2.4.9.2.1	<i>Eficácia seletiva</i>	108
2.4.9.2.2	<i>Eficácia argumentativa</i>	
2.4.9.2.2.1	<i>Direta</i>	108
2.4.9.2.2.2	<i>Indireta</i>	109
2.4.9.3	Superabilidade das regras	
2.4.9.3.1	<i>Justificativa da obediência a regras</i> ..	112
2.4.9.3.2	<i>Condições de superabilidade</i>	
2.4.9.3.2.1	Introdução	114
2.4.9.3.2.2	Requisitos materiais	115
2.4.9.3.2.3	Requisitos procedimentais	119
2.5	<i>O convívio entre princípios e regras</i>	120
3.	NORMAS DE SEGUNDO GRAU: POSTULADOS NORMATIVOS	
3.1	Introdução	123
3.2	Postulados hermenêuticos	
3.2.1	<i>Considerações gerais</i>	125
3.2.2	<i>Postulado da Coerência</i>	
3.2.2.1	Da hierarquia à coerência	126
3.2.2.2	Coerência substancial	
3.2.2.2.1	<i>Fundamentação por suporte</i>	132
3.2.2.2.2	<i>Fundamentação por justificação recíproca</i>	134
3.3	Postulados normativos aplicativos	135
3.4	Análise do uso inconsistente de normas e metanormas	139
3.4.1	<i>Conseqüências</i>	140
3.5	Diretrizes para a análise dos postulados normativos aplicativos	141

3.5.1	<i>Necessidade de levantamento de casos cuja solução tenha sido tomada com base em algum postulado normativo</i>	141
3.5.2	<i>Análise da fundamentação das decisões para verificação dos elementos ordenados e da forma como foram relacionados entre si</i>	142
3.5.3	<i>Investigação das normas que foram objeto de aplicação e dos fundamentos utilizados para a escolha de determinada aplicação</i>	142
3.5.4	<i>Realização do percurso inverso: descoberta a estrutura exigida na aplicação do postulado, verificação da existência de outros casos que deveriam ter sido decididos com base nele</i>	143
3.6	<i>Espécies de postulados</i>	
3.6.1	<i>Considerações gerais</i>	144
3.6.2	<i>Postulados inespecíficos</i>	
3.6.2.1	<i>Ponderação</i>	145
3.6.2.2	<i>Concordância prática</i>	147
3.6.2.3	<i>Proibição de excesso</i>	147
3.6.3	<i>Postulados específicos</i>	
3.6.3.1	<i>Igualdade</i>	152
3.6.3.2	<i>Razoabilidade</i>	
3.6.3.2.1	<i>Generalidades</i>	153
3.6.3.2.2	<i>Tipologia</i>	
3.6.3.2.2.1	<i>Razoabilidade como equidade</i>	154
3.6.3.2.2.2	<i>Razoabilidade como congruência</i>	157
3.6.3.2.2.3	<i>Razoabilidade como equivalência</i>	160
3.6.3.2.2.4	<i>Distinção entre razoabilidade e proporcionalidade</i>	161
3.6.3.3	<i>Proporcionalidade</i>	
3.6.3.3.1	<i>Considerações gerais</i>	163
3.6.3.3.2	<i>Aplicabilidade</i>	
3.6.3.3.2.1	<i>Relação entre meio e fim</i>	164
3.6.3.3.2.2	<i>Fins internos e fins externos</i>	165
3.6.3.3.3	<i>Exames inerentes à proporcionalidade</i>	
3.6.3.3.3.1	<i>Adequação</i>	167
3.6.3.3.3.2	<i>Necessidade</i>	172
3.6.3.3.3.3	<i>Proporcionalidade em sentido estrito</i>	175
3.6.3.3.4	<i>Intensidade do controle dos outros Poderes pelo Poder Judiciário</i>	176
3.7	<i>Análise da falta de diferenciação entre os postulados</i>	178
4.	<i>CONCLUSÕES</i>	183
	<i>BIBLIOGRAFIA</i>	187